
V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

“IDEOLOGIES SEPARATE; PROJECTS UNITE”: ESTADO, DESENVOLVIMENTISMO E A
FORMAÇÃO PRÁTICA DE TÉCNICOS E DIRIGENTES (1934-1955)

Sergio Wanderley (Unigranrio) - sergiow.gaz@terra.com.br
<http://lattes.cnpq.br/4325227503327272>

Existe ampla literatura da área de história do pensamento econômico brasileiro (HPEB) que discute como os economistas se formaram na prática a partir de sua atuação em diversos órgãos do governo brasileiro, e como se construíram as diferentes correntes de pensamento entre eles (Martins, 1976; Diniz, 1978; Draibe, 1985; Bielschowsky, 1988; Loureiro, 1997; Sola, 1998; Fonseca, 2012). Ora, diversos entre eles sequer eram formados em economia, mas são apresentados por HPEB como economistas.

Por exemplo, Celso Furtado, reconhecido como um dos principais economistas brasileiros, graduou-se em direito na Universidade do Brasil (atual UFRJ) antes de fazer seu doutorado em economia na Sorbonne. Contudo, entre essas duas formações, Furtado atuou como técnico de administração do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) na primeira fase de sua carreira, e como pesquisador e professor em administração, que representam uma parte menos conhecida de sua trajetória (Tenório e Wanderley, 2018a). Jesus Soares Pereira, servidor público que atuou em diversos órgãos do governo por mais de trinta anos (1933-1964), e que atingiu o ápice de sua carreira como presidente da Assessoria Econômica de Getúlio Vargas (1953-1954), era formado em ciências sociais, mas está registrado como um dos economistas da corrente nacional-desenvolvimentista (Tenório e Wanderley, 2018b). Roberto Campos, celebrado economista liberal, foi homenageado recentemente ao ter seu nome consignado ao novo prédio da escola de administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro, num claro reconhecimento de sua importância também para essa área (Ebape, 2017).

Furtado, Pereira e Campos são exemplos dos diversos técnicos e dirigentes que tiveram sua formação prática em diversos órgãos do governo, mas que não são reconhecidos por seu papel como servidor público na construção do estado brasileiro moderno. Técnicos e dirigentes eram as designações da época para os servidores públicos que ocupavam cargos de alto escalão. O conceito de administrador surgiu somente a partir da segunda metade da década de 1950, o que coincidiu com a formação dos primeiros graduados em administração pública que, assim, buscavam uma afirmação de sua categoria (Wanderley, 2016). Portanto, o objetivo deste artigo é investigar em que órgãos federais os técnicos e dirigentes desenvolveram seus saberes práticos antes do surgimento das escolas de graduação em administração. A relevância

dessa investigação se reflete no momento atual em que se (re)discute o papel do estado na economia, e em que se prega uma reforma na administração pública.

O recorte temporal escolhido está delimitado por dois importantes órgãos do período: pelo início do funcionamento do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE; 1934) e pelo fim do Grupo Misto Cepal-Bnde (1955). Em tempo, em 1955 gradou-se a primeira turma no Brasil em administração pública pela Escola Brasileira de Administração Pública (Ebac) da FGV, criada em 1952 (Bonemy e Motta, 2002). Isso não quer dizer que nesse ano se encerrou a formação prática, mas se iniciou uma graduação formal que, ao longo dos anos 1960, passará a ser exigida de técnicos e dirigentes de alto escalão do governo. A partir, principalmente, do golpe empresarial-militar de 1964, passa a prevalecer “uma afirmação dos títulos escolares como requisito inescapável da atuação legítima, tanto na técnica quanto na política” e, conseqüentemente, a exigência dos saberes práticos passou a ser substituída por “competências de natureza técnico científica” (Klüger, 2017, p. 212).

Desta maneira, modifica-se na essência a definição de técnico e dirigente que passaria a ser alguém que, por sua formação técnico-científica, tomaria decisões “racionais, neutras, técnicas e eficazes” (Klüger, 2017, p. 212). No título deste artigo, “*Ideologies separate; projects unite*” (Cooke, 1944), está contido esse novo conceito do técnico que passaria a ser exigido nos anos 1960. Este título está na capa do livro de Morris Llewellyn Cooke (Cooke, 1944) e nele estão contidos os (des)encontros que aconteceram entre desenvolvimentismo e americanização que servem de fio condutor para essa investigação. Cooke era um legítimo representante do *scientific management* e foi o chefe da delegação dos EUA do que ficou conhecido como a Missão Cooke (Cooke, 1944; FGV, 1949; Oliveira, 2003).

Essa foi a primeira missão econômica enviada pelos EUA ao Brasil para avaliar conjuntamente projetos de desenvolvimento. João Alberto Lins de Barros foi o chefe do grupo brasileiro na contraparte dessa missão. Barros havia sido um tenentista na Revolução de 1930, quando foi o primeiro interventor nomeado para São Paulo e, portanto, homem de confiança de Vargas (Oliveira, 2003). Desta maneira, aconteceu um encontro simbólico nas figuras de Barros e Cooke entre desenvolvimentismo e

americanização, o que marcou fortemente a formação prática de técnicos e dirigentes ao longo do período aqui investigado.

Cooke chegou ao Brasil em setembro de 1942 vindo do México, onde chefiara uma missão para negociar o ressarcimento às empresas estadunidenses dos negócios de petróleo encampados pelo governo daquele país (Ianni, 1971). Assim, ele chegou ao Brasil conhecedor de ideologias locais como fator de risco aos negócios estadunidenses, e confiante na capacidade dos EUA em oferecer projetos, recursos e modelos organizacionais – supostamente neutros - para unir povos. Por outro lado, os autores de HPEB apontam que o ciclo ideológico do desenvolvimentismo se iniciou no Brasil junto com a “Era Vargas” em 1930 (Martins, 1976; Diniz, 1978; Draibe, 1985; Bielschowsky, 1988; Loureiro, 1997; Sola, 1998; Fonseca, 2012). Portanto, o processo de formação de técnicos e dirigentes necessários à condução do estado brasileiro moderno que surge, a partir de 1930, impulsionado pelo desenvolvimentismo se dá no (des)encontro com a americanização. Processo esse que é marcado por momentos de aproximação, complementação e afastamento que surgem ao longo dessa investigação.

Abordagem metodológica

Algumas pesquisas sobre a história do ensino formal de administração no Brasil privilegiam a utilização dos conceitos de americanização e Guerra Fria (Alcadipani e Bertero, 2012; 2014; Barros e Carrieri, 2013; Barros, Alcadipani e Bertero, 2018). Esses conceitos são, de fato, importantes para avaliarmos a relação com os EUA na construção da área do Brasil. Contudo, podem ter um efeito de sobrevalorizar o papel dos EUA, assim como ressaltar o papel de determinadas escolas na construção do campo. Além disso, a ênfase do movimento externo para o interno promovida por esses conceitos, pode gerar a sublimação de instituições locais que influenciaram a formação prática de técnicos e dirigentes antes do surgimento das primeiras escolas de graduação em administração. Como ficaram, por exemplo, obnubiladas a atuação na formação de técnicos e dirigentes do IDORT (Vizeu, 2018), do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb; Wanderley, 2016) e da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal; Wanderley, 2015). Portanto, nesse artigo optamos por abraçar o conceito de

desenvolvimentismo da área de HPEB como fio condutor da investigação (Wanderley, 2016).

O conceito de desenvolvimentismo ressalta a discussão sobre a atuação do Estado: “A ideologia do desenvolvimentismo pressupunha um papel para o Estado de planejador e indutor do setor privado no processo de industrialização, a partir do entendimento de que o mercado espontaneamente não conseguiria levar o país a superar o subdesenvolvimento” (Wanderley, 2016, p. 915).

A principal fonte da pesquisa foi a literatura de HPEB (Martins, 1976; Diniz, 1978; Draibe, 1985; Bielschowsky, 1988; Loureiro, 1997; Sola, 1998; Fonseca, 2012). Nessa literatura encontramos o registro dos principais órgãos criados no período, e de alguns dos servidores públicos que aí construíram seus saberes práticos e que são classificados como economistas por essa mesma literatura. Procuraremos destacar alguns desses servidores, alguns mais conhecidos como Celso Furtado e Roberto Campos, outros menos como Jesus Soares Pereira. Contudo, seria impossível apresentar uma relação exaustiva dos órgãos e servidores públicos. A relação aqui apresentada serve de estímulo a futuras pesquisas.

A literatura sobre a história da administração pública também serviu de apoio. Contudo, as pesquisas na área sobre o período aqui investigado estão concentradas na história do Dasp (e.g. Wahrlich, 1983; Fischer, 1984), que, assim, o deixaremos de fora da análise. Portanto, uma das contribuições deste artigo é trazer à luz outros órgãos em que os saberes práticos de técnicos e dirigentes se desenvolveram.

Além das literaturas de HPEB e da história da administração pública, fontes da época foram utilizadas. Os relatórios de quatro missões econômicas, as três primeiras formadas por técnicos do Brasil e Estados Unidos, que foram sucedidas pelo Grupo Misto Cepal-Bnde (Cepal, 1955), essa formada por técnicos da Cepal. Essa sequência de missões econômicas por si só mostra o movimento do pêndulo americanização-desenvolvimentismo, e a influência que a Cepal teve na formação de técnicos e dirigentes brasileiros (Abreu, 1975; Wanderley, 2015). São os relatórios das missões com os EUA: Missão Cooke (Cooke, 1944; FGV, 1949), Missão Abbink-Bulhões (Bulhões, 1950) e Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU). Além desses, foram consultados os relatórios de atividades de outros importantes órgãos: o relatório

sobre os dez anos de atividade do CFCE (Brasil, 1944); a Carta Econômica de Teresópolis que foi o resultado do primeiro encontro das Classes Produtoras do Brasil (CONCLAP, 1945); e o relatório da Comissão de Mobilização Econômica (CME; Gomes et al, 1948). No apêndice I apresentamos o organograma desse órgão que comandou toda a produção nacional, pública e privada (FGV, 1949).

O livro “Os Boêmios Cívicos” (Lima, 2013) foi a principal fonte de consulta sobre a Assessoria Econômica de Vargas (1951-54), para a qual muito contribui o recente trabalho de Alexandre Barbosa (2017) sobre seu primeiro presidente, Romulo Almeida. A tese de Elisa Klüger (2017) ajudou a montar o quebra-cabeça da formação da “meritocracia de laços” entre os técnicos e dirigentes, assim como colaborou para o deslinde de suas respectivas trajetórias individuais, que foi complementada com o Dicionário de Verbetes Biográficos do CPDOC (CPDOC). Klüger (2017) atualizou e complementou o trabalho de Loureiro sobre como foram montadas as redes de economistas a partir de sua atuação prática em órgãos do governo (1997).

Mormente, ao ajustarmos a cronologia do ciclo do desenvolvimentismo para 1930 desvendamos o véu que encobre diversas organizações criadas sob esta influência e que (des)encontraram a americanização. Descobrimos, assim, diversas organizações em que são formados os técnicos e dirigentes do governo, que teriam postos chaves nas décadas seguintes: “os conselhos e as comissões econômicas internacionais constituíram ao longo dos anos 30-50, os lugares-chaves do espaço governamental de atuação dos técnicos-economistas e da formação de sua competência prática” (Loureiro, 1997, p. 27/28).

Este artigo entende que a competência técnico-administrativa foi concomitantemente desenvolvida nestes organismos federais e que representam novas bases materiais para se investigar os “saberes práticos” que teriam predominado até meados da década de 1960 (Curado, 2001). Afinal, o desenvolvimentismo exigia uma nova formação para ocupar postos chaves no governo voltados ao projeto de desenvolvimento econômico. Assim, por exemplo, “a Assessoria Econômica e o CMBEU foram os órgãos mais importantes de atuação dos economistas e técnicos da administração pública no que diz respeito à estratégia de desenvolvimento industrial” (Abreu, 1975, p. 45).

Sobre órgãos do estado, saberes práticos, técnicos e dirigentes

Servidor público, “que outra coisa não tem sido durante a vida”

(Pereira, 1962)

Antes do que sua especialização, ser servidor público é o ponto em comum entre os técnicos e dirigentes que atuaram nos órgãos em que desenvolveram seus saberes práticos. Jesus Soares Pereira, a quem se refere a frase acima, pode servir como exemplo do perfil destes e com ele apresentamos o CFCE, onde Pereira trabalhou de 1937 a 1945 (Tenório e Wanderley, 2018b).

O Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) foi criado pelo Decreto n. 24.429 de 20 de junho de 1934 com o objetivo de coordenar “as atividades nacionais intimamente ligadas ao comércio exterior” (Brasil, 1944, p. 1). No relatório de seus dez anos de atividade, apresentou o balanço de 1.309 “processos organizados e estudados pelo Conselho, acerca de todos os problemas de interesse nacional” (Brasil, 1944, p. VII), que estão subdivididos em: siderurgia, carvão mineral, combustíveis líquidos, eletricidade soda cáustica, vidro plano, cristal de rocha (quartzo), sal, pinho, erva-mate, carnes, padronização dos produtos exportáveis, nacionalização dos bancos de depósito, cooperativismo, defesa da economia nacional, porto de Santos, Missão Econômica Brasileira e o comércio exterior do Brasil no decênio 1934-43.

Assim, podemos ver que o CFCE em muito excedeu suas atribuições de comércio exterior e tratou de assuntos gerais da economia brasileira e, a partir de sua transformação em órgão deliberativo com o advento do Estado Novo, em 1937, passou a contar com representantes da indústria, do comércio e da agricultura (Diniz, 1978). Era o próprio presidente Vargas quem comandava o Conselho. Vargas abriu espaço para a nascente burguesia industrial no governo e o industrial Roberto Simonsen foi um de seus membros mais atuantes (Cêpeda, 2004). Jesus Soares Pereira assim descreveu o órgão:

não creio exagerar se disser que pelo CFCE passaram todos os grandes projetos que, postos em prática, iriam dar o grande impulso no sentido do desenvolvimento brasileiro...Foi ele ainda a máquina deliberativa e até mesmo legislativa do Estado Novo, o verdadeiro órgão criador da legislação econômica do país. Para mim uma grande escola técnica (Lima, 1975, p. 49).

Em sua análise dos principais projetos feitos pelo CFCE que tiveram impacto no desenvolvimento da economia brasileira, Pereira lista os projetos de carvão, energia elétrica e do petróleo, áreas em que o próprio Pereira viria a ter participação fundamental (Tenório e Wanderley, 2018b). O projeto do petróleo embasou a criação do Conselho Nacional do Petróleo em 1938, do qual Pereira viria a participar (Lima, 1975). Pereira foi também um dos “Boêmios Cívicos” da Assessoria Econômica de Vargas em seu governo democrático, e assumiu a presidência do órgão quando Romulo Almeida

saiu para assumir a presidência do Banco do Nordeste Brasileiro, criado por essa mesma Assessoria (Lima, 2013).

Além de Pereira, que é o primeiro da lista a quem o Chefe da Seção de Pesquisas Econômicas, Amerino Wanick, agradeceu em nota no preâmbulo do relatório, podemos destacar no órgão a atuação dos seguintes servidores públicos: Nelson Castro e Silva de Vincenzi, Luís da Frota Matos, Othon do Amaral Henriques. O Ministro Mário Moreira da Silva era o Diretor Geral do CFCE na comemoração de seus dez anos (Brasil, 1944).

Outro ponto concernente ao CFCE recordado por Pereira, diz respeito ao fato de que, o regime do Estado Novo, para evitar comparações com o comunismo, procurava evitar a utilização da palavra “plano”: “o certo era programação quadrienal” (Lima, 1975, 48). Este termo – “programação” – tornar-se-ia conhecido na década seguinte através das políticas da Cepal, o que mostra que desenvolvimentismo em muito antecede esta teorização, como também antecede a expansão da americanização do pós 2ª GM.

Foi o CFCE que promoveu o recenseamento dos estabelecimentos industriais no Brasil (Diniz, 1978) e que foi, posteriormente, publicado no relatório da Missão Cooke, o que pode levar a crer que esta foi a responsável pela geração e análise destes dados (ver FGV, 1949). Ainda no final da década de 1930, a CFCE promoveu a viagem de seus membros pela América Latina com o intuito de analisar as possibilidades de integração regional, e sugeriu a criação de um banco de desenvolvimento para apoiar o processo industrial brasileiro (Diniz, 1978). Aqui, novamente, se analisarmos pela categoria da americanização, pode-se concluir que foi da Missão Cooke a sugestão de criação de um banco de desenvolvimento que levou à criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (Bnde; FGV, 1949). O que aconteceu, de fato, foi que Simonsen foi hábil em usar as sugestões do relatório da Missão Cooke para viabilizar os projetos que emergiam na CFCE, mas que ainda não contavam com o devido respaldo político para sua implementação (Diniz, 1978).

Em outras palavras, a americanização, através das propostas da Missão Cooke, legitimou o processo de desenvolvimentismo que emergia de um empresariado industrial que ainda não contava com o devido apoio político para emplacar seus projetos. Olhando somente pela ótica da americanização pode-se concluir que “planejamento econômico e administrativo começa em 1942 com a Missão Cooke” (Fischer, 1984, p. 56). Contudo, analisando pelo desenvolvimentismo pode-se afirmar que este processo se iniciou no primeiro governo Vargas e, em particular, com a criação do CFCE (Diniz, 1978; Draibe, 1985; Bielschowsky, 1988), e que a atuação nesse foi fundamental para o desenvolvimento dos saberes práticos de técnicos e dirigentes. Certamente, foi a atuação por oito anos de Jesus Soares Pereira nesse órgão que o creditaram a assumir, em 1953, a presidência da Assessoria Econômica de Vargas (Tenório e Wanderley, 2018b).

Dentro do esforço de aproximação com o Brasil em busca de apoio na 2ª Guerra Mundial (GM), os EUA enviaram ao país a Missão Cooke, em 1942. A vinda da Missão Cooke, e o esforço de guerra, é que propiciaram o financiamento do EXIMBANK dos EUA para a criação, ainda durante a 2ª GM, das primeiras grandes empresas públicas nacionais: Cia Vale do Rio Doce (1941) e Cia Siderúrgica Nacional (1943). A criação dessas empresas não foi somente um empreendimento público, pois ocorreu uma campanha nacional que levantou fundos privados que viabilizaram sua constituição. Desta maneira, as primeiras grandes empresas estatais tiveram financiamento dos EUA e privado brasileiro e já nasceram como empresas de economia mista (Oliveira, 2003).

O (des)encontro entre o desenvolvimentismo representado pelo (tenente) João Alberto Lins e Barros, que comandou a contraparte brasileira, e a americanização trazida por Cooke fica claro no relatório da Missão Cooke que expressou que “os princípios fundamentais da administração racional propiciam sólida base para a organização do trabalho nas principais nações industriais” (FGV, 1949, p. 300). E, diante da falta de livros de administração científica no Brasil - e da constatação de que no Brasil os técnicos se baseavam em “métodos não fundados em sólida filosofia industrial” – a Missão sugeriu o envio de exemplares em inglês e francês para as bibliotecas locais, bem como a tradução de algumas publicações.

O relatório da Missão Cooke permaneceu ‘secreto’, e em inglês até 1949 – apesar de Cooke ter publicado seu livro em 1944 nos EUA - quando foi traduzido e publicado pela FGV (FGV, 1949). Este relatório apontava que no Brasil existiam 77.859 estabelecimentos industriais em que trabalhavam 899.244 funcionários, levantamento feito anteriormente pelo CFCE (Diniz, 1978). Ou seja, já contávamos com um significativo parque industrial, lócus de práticas de administração privada.

Pouco antes da chegada da missão, o governo brasileiro criou a Coordenação de Mobilização Econômica (CME) e Lins de Barros foi nomeado seu presidente (Oliveira, 2003). Este órgão, criado no esforço de guerra, funcionou como uma espécie de superministério e comandou toda a produção nacional, inclusive de empresas privadas (ver Gomes et al, 1948; ver anexo I): “A CME se estruturou de modo a subordinar a quase totalidade dos órgãos estatais e paraestatais responsáveis pela regulação da produção e do comércio”, o que sem dúvida gerou “a mais exorbitante concentração de poder em mãos do Estado, alargando-se muito o âmbito de sua ação intervencionista” (Draibe, 1985, p. 111/112). Foi Simões Lopes, como presidente do DASP, que assinou a exposição de motivos n. 1.811, de 31/7/1942, sugerindo a criação da CME. Este documento sugere a criação de

um organismo que tenha uma visão de conjunto, que tenha autoridade supervisora sobre quase todas as atividades nacionais, que possa utilizar toda a aparelhagem administrativa da União, Estados, Municípios, Territórios, todas as organizações privadas para transformar o nosso Brasil numa grande força coesa, unida, marchando rapidamente para a meta que o Governo deseja alcançar (in Gomes et al, 1948, p. 16).

Ou seja, uma concentração total de poderes nas mãos da administração pública federal, comandado por João Alberto Lins de Barros, com prerrogativas para intervir em ministérios e órgãos da administração pública, supervisionar e dirigir toda a economia nacional, aí incluídas as empresas privadas. A importância de Lins de Barros no período pode ser vista no documentário “Imagens do Estado Novo” (Escorel, 2017), em que ele aparece entre os convidados da viagem inaugural da rota de navio Nova York/Rio, lançada para aproximar os países. Apesar dessa grande concentração de força nas mãos do governo, o objetivo foi também contar com o apoio dos empresários, sendo assim, foram nomeados vários de seus principais representantes para o “Conselho Consultivo da CME” (Gomes et al, 1948). Entre estes empresários teve atuação destacada Roberto Simonsen (Cêpeda, 2004).

Outro marco deste período foi a 1ª Conferência das Classes Produtoras do Brasil (CONCLAP) que aconteceu ainda antes do fim a 2ª GM, em maio de 1945, em Teresópolis/RJ. Nessa conferência reúnem-se “delegações dos três ramos das atividades produtoras, provindas de todas as regiões do país, representando a totalidade das forças econômicas nacionais...no momento em que...o Brasil se prepara para reestruturar suas instituições de governo” (CONCLAP, 1945, p. 1). O resultado desta conferência foi a publicação da Carta Econômica de Teresópolis que traz recomendações ao governo em todos os aspectos de política econômica, e são descritas as aspirações dessas classes no que diz respeito à organização do governo e participação do capital estrangeiro. Este documento demarcou o (des)encontro entre desenvolvimentismo e americanização que caracterizaria o país nas duas décadas seguintes. Vejamos alguns exemplos.

Objetivos básico – IV Democracia Econômica: à democracia política, que é a vocação dos brasileiros, deve corresponder uma verdadeira democracia econômica. Esta, só se completa com o desenvolvimento paralelo de todos os setores da produção, de todas as regiões e de todas as atividades. Deve ser organizada com o preparo das leis, das instituições, **do aparelhamento administrativo, e com a cooperação dos capitais e da técnica das nações amigas, notadamente de nossos aliados norte-americanos.**

Declaração de princípios – I Ordem Econômica: **...a admissão de um certo grau de interferência do Estado**, imposto por necessidade comprovada em certos casos limitados, **prudentemente contida nos moldes de um largo planejamento de articulação racional das forças produtivas...a simplificação da administração pública...reconhecem a necessidade de um planejamento econômico** que vise aumentar a produtividade e desenvolver as riquezas naturais

(CONCLAP, 1945, p. 1/2; grifo meu)

Cabe ressaltar que Roberto Simonsen compunha a ‘Mesa Diretora’ dessa conferência juntamente com João Daudt de Oliveira (presidente), Euvaldo Lodi, Iris Meinberg e Brasílio Machado Neto, e Luiz Dosworth Martins foi o secretário geral. A Carta traz ainda a longa relação de representantes de todas as instituições do país que

estavam presentes (CONCLAP, 1945, p. 1/2). Este é um documento que deve ser melhor explorado pelos pesquisadores de administração.

Desta maneira, vemos que já há uma preferência do empresariado nacional por “capitais e técnicas de nossos aliados norte-americanos” o que, certamente, foi propiciado pela vinda da Missão Cooke e pelo financiamento para a criação da Vale e da CSN. Por outro lado, a experiência de empresários como Simonsen no CFCE e CME, pode ter facilitado a “admissão de um certo grau de interferência do Estado” e o reconhecimento da “necessidade de um planejamento econômico” (CONCLAP, 1945, p. 1/2). Simonsen já vinha defendendo a tese do planejamento havia algum tempo, mas é neste momento que conseguiu emplacá-la como uma das teses centrais da conferência de Teresópolis (Cepêda, 2004). Na verdade, Simonsen “busca nas conclusões da Missão Cooke os argumentos que necessitava para solicitar a adoção de *sua* política industrial” (Martins, 1976, p. 393). Note-se que isto se dá muito antes da criação da Cepal. Contudo, a CONCLAP sugeriu que esta interferência do estado deve ser limitada, o que fica claro quando a mesma Carta de Teresópolis recomenda que “a rápida extinção da Coordenação da Mobilização Econômica é particularmente encarecida” (CONCLAP, 1945, p. 19). Ou seja, por esta solicitação pode se depreender o grau de articulação e interferência que a CME empreendia em nível nacional (ver Gomes et al, 1948; ver anexo I).

Após a 2ª GM, por ter sido o único país da América Latina a enviar tropas para a Europa, o Brasil se achou no direito de receber apoio econômico dos EUA e passou a exercer forte pressão diplomática (Martins, 1976). O governo dos EUA, que tinha todas as atenções voltadas para a Europa dentro do Plano Marshall, decidiu, então, enviar uma nova missão econômica para o Brasil como forma de aplacar a demanda brasileira. É assim que chegou ao Brasil uma nova missão chefiada por John Abbink e que teve em Bulhões de Carvalho o chefe da delegação brasileira (Draibe, 1985). Desta feita, os pares estadunidenses e brasileiros eram mais próximos em sua visão sobre desenvolvimento, já que Bulhões era um economista ortodoxo, discípulo de Eugênio Gudin, que junto com esse comandava a Escola de Economia da FGV (Loureiro, 1997). Esta comissão, que ficou conhecida como Abbink-Bulhões, produziu um relatório sobre a economia brasileira que, apesar de suas tendências liberais, procurou equilibrar o papel do estado na economia, considerando-se que o país apenas saíra do esforço de guerra liderado pela CME: “o relatório parte do pressuposto de que os empreendimentos devam ser levados a efeito, principalmente, pela iniciativa particular, admitindo, porém, como indispensável, uma intensa atuação do Governo, no sentido de coordenar os investimentos (Bulhões, 1950, p. 5).

O documento segue tendendo se equilibrar entre seus pendores liberais e, após uma longa discussão sobre equilíbrio monetário admite que: “ninguém pode negar que é um imperativo a expansão industrial de nosso país” (Bulhões, 1950, p. 14). Esse é um fato relevante, pois apenas alguns anos antes ocorreu o célebre debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin sobre o papel do Estado na economia. Às teses de Simonsen

consignadas na Carta de Teresópolis opunha-se a visão de economista liberal de Eugênio Gudín que “criticava a industrialização e defendia a “vocação agrícola” do país; era defensor do capital estrangeiro e opôs-se à criação da Petrobras, bem como à participação do Estado na economia” (Teixeira, Maringoni e Gentil, 2010, p. 17).

Vemos assim que, nesse momento, o desenvolvimentismo convenceu até mesmo liberais como Bulhões, que redigiu o relatório, e seu mestre Gudín. Contudo, o relatório dá pistas das políticas liberais que viriam a ser implementadas na década seguinte quando discute a lei de remessas de lucros e, principalmente, ao consignar que “a entrada de equipamentos é para o Brasil um imperativo econômico” (Bulhões, 1950, p. 21). Na década seguinte, Bulhões tornou-se ministro da Fazenda de Café Filho (1954-55), após o suicídio de Vargas, e decretaria a instrução 113 da Sumoc que permitia a importação de equipamentos sem a contrapartida industrial. Foi a I-113 que propiciou em boa parte o sucesso da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (JK; 1956-60). Em outras palavras, foi a medida tomada por um liberal fortemente influenciado pela americanização que garantiu o sucesso da política desenvolvimentista do Plano de Metas de JK.

É esse o pêndulo desenvolvimentismo-americanização que caracterizou o período e que se refletiu na formação dos saberes práticos de técnicos e dirigentes. Essa interconexão entre desenvolvimentismo-americanização fica clara quando examinamos a composição das diversas comissões que compuseram a Missão Abbink-Bulhões. Encontramos aí técnicos, dirigentes e empresários de diversos matizes e que ocuparam cargos relevantes no governo nas décadas seguintes: a Comissão Central, presidida por Bulhões tinha ainda Valentim Bouças, Mario Bittencourt Sampaio, Aníbal Alves Bastos, Gal. Anápio Gomes (que presidira e fechara a CME) e Affonso Almiro R. Costa Junior; do lado dos EUA o presidente era John Abbink, e atuaram ainda Harold V. Roelse, Harry L. Brown e John C. Cady (Bulhões, 1950, p. 59).

Nas demais comissões temáticas temos, entre tantos outros, San Tiago Dantas, que foi ministro da Fazenda de Goulart (1963), e atuante deputado trabalhista, Américo de Oliveira, Evaldo Correia Lima e Romulo Almeida - que se tornariam nacional-desenvolvimentistas na década seguinte – atuando lado a lado com técnicos cosmopolitas, ou entreguistas na linguagem da esquerda, como Alexandre Kafka, Glycon de Paiva, Ary Frederico Torres e o próprio Bulhões (Bulhões, 1950, p. 59-68).

Apesar de toda sua envergadura, a Missão Abbink-Bulhões não gerou nenhum apoio financeiro dos EUA. Diante disto, o Brasil continuou insistindo em obter apoio dos EUA, que só voltariam a se sensibilizar com o pleito brasileiro quando estourou a Guerra da Coreia. Agora seriam os EUA que passariam a pressionar o Brasil para o envio de tropas. Vargas, que recém retornara ao governo, agora como presidente eleito, foi hábil em conseguir como contrapartida dos EUA o envio de uma nova missão que tinha o objetivo específico de escolher os projetos que seriam financiados pelos norteamericanos. Esta ficou conhecida como a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

(CMBEU). “Nós exigimos um Plano Marshall para a América Latina e veio a Comissão Mista” (Rangel, 2009, p. 128).

O discurso de Vargas no Congresso na abertura do ano legislativo de 1951 é, na verdade, um programa de governo que contém em si as tensões entre desenvolvimentismo e americanização que nos acompanharam pelos anos seguintes (Brasil, 1951). Neste discurso, Vargas destacou o papel da ONU e, em particular, a ajuda da Cepal ao Brasil. Vargas deu, contudo, maior destaque ao acordo com os EUA, através do Programa Ponto IV anunciado na posse do presidente Truman, em 1949, para a vinda da CMBEU, que definiria os projetos a serem financiados pelos EUA, principalmente, nas áreas de energia e transporte. Para Vargas, esta política estadunidense demarcaria “uma nova concepção de cooperação visando ao desenvolvimento econômico...que determina algumas reorientações fundamentais...do aparelho administrativo”. E diante do “desaparelhamento da organização administrativa”, que seria um impedimento para que o Estado assumisse, face à “nova tendência universal”, maiores responsabilidades, Vargas informou que “a pesquisa e a utilização dos meios que promovam a maior integração funcional das atividades administrativas no processo de desenvolvimento econômico do País constituirão uma das preocupações fundamentais do meu Governo” (Brasil, 1951, p. 57). Estava assim promulgada a entrada do Estado na batalha da reorganização administrativa baseada no desenvolvimentismo e, para isso, Vargas contava com o apoio dos EUA. Mesmo para um político experiente como Vargas esta seria uma conciliação difícil de operar.

Diante da expectativa de apoio, o ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, viajou aos EUA para negociar a ajuda e, na sua volta ao Brasil, anunciou, como uma vitória brasileira, o fato de que teria conseguido a confirmação de financiamentos que montariam a USD 300 milhões (Martins, 1976). Para obter tal crédito, o Brasil deveria apresentar igual valor em moeda local e, para tanto, o governo brasileiro criou por decreto lei, em 1952, o Bnde (Martins, 1976). Era o último ano do governo Truman, que foi substituído no poder pelo General Eisenhower. Este último tinha uma visão diferente de apoio internacional e determinou que qualquer suporte deveria ser dado somente pela iniciativa privada (Martins, 1976). O governo brasileiro queria que o financiamento fosse dado diretamente de governo para governo, como acontecera durante a guerra, e sem contrapartidas de política econômica. Já o Banco Mundial, através de seu presidente Eugene Black (o mais duradouro da história, de 1949 a 1963), vinculava qualquer ajuda ao saneamento das contas do estado brasileiro e exigia que o Banco supervisionasse a política econômica brasileira (Bastos, 2006). Não era exatamente como este tipo de apoio que Vargas contava quando enviou sua mensagem ao Congresso (Brasil, 1951).

Numa clara ligação do Banco Mundial com a CMBEU, o chefe da divisão dos EUA era Burke Knapp, funcionário do Banco Mundial. Este retornou para a sede do banco em agosto de 1952 e, de sua nova posição, passou a bloquear os financiamentos para o Brasil dentro da política do governo Eisenhower (Bastos, 2006). Em seguida, o

governo dos EUA retirou o apoio à CMBEU que se encerrou em fins de 1953 tendo financiado somente uma pequena parte dos projetos aprovados (47% do acordado), mas tendo o Banco Mundial no mesmo período financiado projetos de expansão no Brasil das filiais estadunidenses do setor elétrico LIGHT e AMFORP (Bastos, 2006). Todavia, o governo brasileiro havia criado o Bnde e estruturado as fontes de recursos nacionais necessárias aos projetos. Se, por um lado, os programas estatais ficaram sem os recursos das agências multilaterais, por outro lado o governo Vargas se viu obrigado a mobilizar recursos nacionais que propiciaram autonomia à sua política desenvolvimentista (Bastos, 2006).

Podemos afirmar que a CMBEU representou, neste momento, o ponto máximo de aproximação entre desenvolvimentismo e americanização, mas também o seu ponto de inflexão. É necessário esclarecer que foi o Brasil quem solicitou a vinda das três missões dos EUA: Cooke, Abbink e CMBEU (Martins, 1976). Ou seja, não há uma imposição unilateral via americanização. O CMBEU foi criado dentro do Programa Ponto IV e, diferentemente das missões anteriores, traria a viabilização de investimentos para projetos de desenvolvimento (Bastos, 2006). O CMBEU chegou ao Brasil no momento em que Vargas procurava viabilizar financeiramente seu projeto desenvolvimentista apresentado em sua “Mensagem ao Congresso” (Brasil, 1951). Entretanto, a mudança de postura do governo Eisenhower provocou uma inflexão, o que levou alguns autores a considerar que houve um fim das relações especiais entre Brasil e Estados Unidos que vigorava desde a 2ª GM (Martins, 1976).

Houve neste momento uma clara retração do processo de americanização que deixou o terreno aberto para uma expansão do desenvolvimentismo que se aprofundaria com Vargas e seguiria com JK. Nos EUA, o presidente Eisenhower foi reeleito e renovou seu mandato em 1956, mantendo assim sua política de ajuda exterior somente via iniciativa privada até o final da década. Este movimento de relativa liberdade que o desenvolvimentismo experimentou ao longo da década de 1950, em toda a América Latina, só sofreria uma nova inflexão após o vice-presidente Nixon sofrer hostilidades em viagem à região e, principalmente, após as tropas de Fidel Castro tomarem o poder em Cuba em 1º de março de 1959 (Wanderley, 2015).

Assim, vemos como a americanização legitimou a criação de uma organização inspirada pelo desenvolvimentismo, o Bnde, que absorveu em sua equipe vários membros do CMBEU. Contudo, os técnicos brasileiros que participaram desta missão, e que foram treinados em técnicas de planejamento pelos americanos, não assimilaram as novas técnicas sem que houvessem enfrentamentos. Um exemplo desta reação foi a de Roberto Campos, membro da CMBEU visto como simpático aos EUA (Lima, 2013), que assim relatou o seu encontro com o secretário de estado dos EUA, Dan Acheson, que visitou a CMBEU no Brasil, e que bem ilustra o (des)encontro de desenvolvimentismo e a americanização (Campos, 1952, p. 34; grifo meu):

É necessário, outrossim, que não se julguem eles [**Banco Mundial e Eximbank**] **detentores de fórmulas perfeitas de eficiência no terreno da gerência e organização e que não procurem forçar a aceitação de métodos de organização do trabalho e de gestão de empresas** que, conquanto desejáveis em si mesmos, não sejam adequados ao nosso cenário institucional...Porém o que é realmente importante, num contexto mais amplo é podermos no futuro contar, tal como contamos no passado, com o largo e construtivo descortino evidenciado pelo Governo Americano, ao reconhecer que **as fórmulas práticas americanas que tanto êxito tiveram no seu próprio ambiente, não são necessariamente as mais adequadas para outros países e para outros tempos**

O texto deixa claro que, por trás das promessas - supostamente neutras – de que “*projects unite*” (Cooke, 1944), havia uma imposição de americanização “de métodos de organização do trabalho e de gestão de empresas” (Campos, 1952, p. 34). Isso levou o desenvolvimentismo a resistir à americanização, mesmo dependendo do financiamento deste. Campos é o exemplo de um técnico brasileiro influenciado pela americanização que depois desempenhou diversas funções na administração pública – diretor do Bnde nos anos 1950, por exemplo. Outro exemplo foi Lucas Lopes que integrou a CMBEU e depois foi presidente do Bnde e Ministro da Fazenda no governo JK. Lopes reconheceu a importância da CMBEU: “A Comissão Mista trouxe para o Brasil uma série de técnicas de elaboração de projetos de investimento e isso deu mais substância técnica, maior eficiência da análise de oportunidade e de custo/benefício” (Lopes, 2009, p. 12/13).

Sobretudo, nas palavras de outro membro da CMBEU, Ignácio Rangel (2009, p. 128), que também integrou o Bnde, “a CMBEU foi um dos organismos pelos quais os EUA tentaram exercer sua hegemonia sobre a economia mundial e organizá-la a seu modo. Isso não quer dizer que o modo como organizaram a economia mundial fosse necessariamente hostil ao nosso próprio desenvolvimento...”. Em outras palavras, desenvolvimentismo e americanização ora se repelem, ora se atraem, ora se complementam. E a CMBEU foi um exemplo desse (des)encontro, assim como foi a composição da primeira gestão do Bnde.

Neste ponto faz-se mister o destaque do papel dos “Boêmios Cívicos” - a Assessoria Econômica de Vargas em seu segundo governo (1951-54) - como agentes do desenvolvimentismo e criadores de organizações inspiradas por este, organizações estas que continuam atuantes até os dias de hoje. São eles Rômulo Almeida, Ignacio Rangel, Cleantho de Paiva Leite, Jesus Soares Pereira, Ewaldo Correia Lima e Américo Barbosa de Oliveira, entre outros (Lima, 2013). A primeira missão confiada por Vargas ao presidente da Assessoria, Rômulo Almeida, foi a redação de sua Mensagem ao Congresso que representa na verdade um plano de governo (Barbosa, 2017). É da lavra dessa assessoria os projetos para a criação da CAPES – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (1951), do Bnde (1952), do Banco do Nordeste do Brasil (1952), da Petrobras (1953) e da Eletrobras (esta só criada de fato

em 1961 por Jango após o projeto tramitar por sete anos no congresso; Lima, 1975), entre diversos outros órgãos públicos.

Portanto, o estudo dessa assessoria e organizações criadas por ela, que foram “fundamentais para a consolidação de um estado moderno no Brasil” (Lima, 2013, p. 175), são imprescindíveis para entendermos o desenvolvimento dos saberes práticos em administração. De fato, podemos afirmar que “sem a reflexão teórica e prática de pensadores como Simonsen, Furtado e a Assessoria Econômica, não teríamos consolidado as grandes empresas de base pública deste país” (Lima, 2013, p. 175).

Além de dirigentes responsáveis pela criação de grandes empresas estatais, alguns destes “Boêmios”, Rômulo de Almeida e Ignácio Rangel, também se destacariam na administração pública nas décadas seguintes como diretores do Bnde. Suas memórias continuam bastante vivas nessa instituição, e tiveram aí seu centenário de nascimento recentemente celebrado com o seminário “Rangel e Rômulo e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento: história e atualidade”. Neste seminário foi lançado um livro em homenagem a Rangel (Faro e Sinelli, 2014) que ajuda na compreensão deste pensador, cuja heterodoxia levou Bielschowsky (1988) a classificá-lo como representante singular de uma corrente do desenvolvimentismo. Já Romulo Almeida teve sua trajetória resgatada recentemente na tese de livre docência de Alexandre Barbosa (2017). A importância na construção do estado brasileiro moderno de Ignácio Rangel, Jesus Soares Pereira, Cleantho de Paiva Leite, Américo Barbosa e Ewaldo Correia Lima ainda aguarda o devido reconhecimento.

A participação de quase todos os “boêmios” como membros da CMBEU é um exemplo do (des)encontro entre desenvolvimentismo e americanização que já estava anunciado na Mensagem de Vargas ao Congresso (Brasil, 1951). Os “boêmios” seriam os membros brasileiros classificados como “nacionalistas”, enquanto os “cosmopolitas” – mais simpáticos ao capital estrangeiro – eram representados por Valentim Bouças, Roberto Campos, Glycon de Paiva Teixeira e Lucas Lopes. Ari Torres era o chefe da missão pelo lado brasileiro (Lima, 2013). Com a exceção de Campos, que se encontrava na ONU, todos os demais cosmopolitas compunham as comissões da Missão Abbink-Bulhões (Bulhões, 1950), e também tiveram passagem pela CME, apesar de não trabalharem próximos como viria a acontecer na Missão Abbink e na CMBEU. Bouças, o mais velho do grupo, teve ainda passagem pela CFCE, e foi o único desse grupo que não teve atuação no Bnde (CPDOC). Ou seja, todos eles construíram seus saberes práticos nos órgãos aqui apresentados.

O (des)encontro entre desenvolvimentismo-americanização, nacionalistas-cosmopolitas também se refletiu na primeira composição da gestão do Bnde, assim como exemplifica a construção dos saberes práticos nos órgãos até aqui apresentados: Ari Torres, presidente da CMBEU, foi o primeiro presidente do banco; Cleantho de Paiva Leite, da Assessoria Econômica, foi conselheiro, assim como Lucas Lopes, que seria presidente do banco sob JK; João Daudt de Oliveira, que presidiu a CONCLAP, também foi conselheiro; Guilherme Arinos, João Pedro Gouveia Vieira e Paulo Quartim Barbosa completavam o primeiro conselho (Bnde, 1952). Quem melhor refletiu esse (des)encontro foi Cleantho: “toda a técnica de análise de projeto que nos foi transmitida

através da CMBEU, absorvendo a experiência da Cepal, absorvendo e atendendo aos padrões e exigências das instituições internacionais de financiamento” (Bndes, 2018).

É importante ressaltar que, na década seguinte, os cosmopolitas Roberto Campos, Lucas Lopes – que saíram juntos do governo JK para fundar a Consultec, em 1959 – e Glycon de Paiva desempenharam importante papel na criação do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipês), *think tank* que atuou na promoção de propaganda anticomunista que contribuiu para a desestabilização do governo João Goulart. Posteriormente, diversos ipesianos ocupariam importantes postos no governo militar (Dreifuss, 1981), ao passo que alguns nacionalistas como Celso Furtado e Jesus Soares Pereira foram cassados, e outros como Romulo Almeida perderam seu espaço no setor público. Ou seja, desenvolvimentismo e americanização retornariam a se afastar. A inflexão provocada pelo golpe empresarial-militar, demarca a transição na qual a exigência dos saberes práticos passou a ser substituída por “competências de natureza técnico científica” (Klüger, 2017, p. 212), e a americanização sobrepujou o desenvolvimentismo.

Consequentemente, após trinta anos de movimento pendular que se iniciou com a instituição do CFCE, em 1934, um marco do desenvolvimentismo no qual a nascente burguesia industrial simbolizada por Roberto Simonsen teve seu primeiro espaço dentro do governo, a americanização se impôs a partir do novo arranjo institucional que conquista o poder em 1964.

Contudo, no início dos anos 1950, a frustração do suporte financeiro norte-americano via CMBEU, dada a nova postura do governo Eisenhower, levou a um enfraquecimento do processo de americanização, e deixou o caminho aberto para a postura desenvolvimentista do governo Vargas. Isso levaria a uma mudança nos parceiros que viriam a treinar os técnicos brasileiros e orientá-los na elaboração de projetos e do planejamento governamental. Foi neste refluxo do processo de americanização representado pela postura do governo Eisenhower (Martins, 1976), que a Cepal se aproximou do projeto desenvolvimentista de Vargas. A mesma Cepal que havia merecido na Mensagem ao Congresso de Vargas uma mera citação (Brasil, 1951), seria agora convidada pelo governo brasileiro a assumir o posto central que se esperava que o CMBEU desempenhasse. Campos, agora diretor do Bnde, viajou a Santiago e solicitou a Raúl Prebisch, superintendente da Cepal, que criasse junto com o Bnde um grupo para elaborar um plano de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil. Isto se deu na sequência da conferência da Cepal no Rio, no Hotel Quitandinha, em 1953, quando a entidade apresentou seu modelo teórico e prático de projetamento global de uma economia nacional (Wanderley, 2015).

Assim, mesmo um cosmopolita como Campos, desgastado pelo seu embate com a americanização, cedeu a um modelo outro imbuído pelo espírito do desenvolvimentismo, assim como transparecera no relatório da Missão Abbink-Bulhões (Bulhões, 1950). Foi assim criado o Grupo Misto CEPAL-BNDE, em 1953, ainda no governo Vargas, que sucedeu a três comissões mistas Brasil-Estado Unidos: Cooke, Abbink e CMBEU. Este é o início de uma parceria que duraria, de forma direta, até

1967, através da criação do Centro de Desenvolvimento Cepal-Bnde e de cursos para a formação de técnicos de desenvolvimento (Wanderley, 2015). Com a criação do Grupo Misto, Vargas designa Ignácio Rangel a ir para Santiago realizar o “Curso de Planejamento do Desenvolvimento”, em nível de pós graduação, que começara em 1952, sob a direção de Jorge Ahumada, e que seria posteriormente replicado no Rio seguindo adaptações sugeridas pelo próprio Rangel (Rangel, 2009).

Poderíamos dizer que, por hora, o desenvolvimentismo saía vitorioso em seu (des)encontro com a americanização que vinha desde a primeira missão enviada pelos EUA em 1942. Seria mesmo essa uma vitória do desenvolvimentismo? Até que ponto a Cepal representava uma corrente de desenvolvimentismo ou na verdade uma outra forma de americanização, já que era um órgão da ONU? (ver Wanderley, 2015).

O fato é que o Grupo Misto Cepal-Bnde entregou seu relatório (Cepal, 1955) intitulado “Esboço para um Programa de Desenvolvimento (1955-1962)” que serviria de base para a elaboração do Plano de Metas de JK. Celso Furtado, como diretor de desenvolvimento da Cepal, comandou o pequeno grupo em que tinha a colaboração de Regino Botti - cubano da Cepal que se tornaria ministro de Fidel Castro – e de um pequeno grupo de técnicos brasileiros do Bnde em que se destacava Américo de Oliveira. O próprio Bnde reconheceu o trabalho de formação de técnicos que o grupo propiciou e, portanto, solicitou diretamente à Cepal que passasse o oferecer no Rio o curso que acontecia em Santiago para a formação de técnicos de desenvolvimento. Os cursos funcionaram de 1956 até 1967 e formaram 1.111 técnicos em desenvolvimento que atuaram principalmente em agências regionais de desenvolvimento. A parceria Cepal-Bnde gerou ainda a criação de um Centro de Desenvolvimento Econômico no Rio de Janeiro em que despontaram técnicos-economistas (desenvolvimentistas) como Antônio Barros de Castro, Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa (Wanderley, 2015).

Considerações finais

Neste artigo trouxemos à luz órgãos do governo onde técnicos e dirigentes desenvolveram seus saberes práticos antes da criação das escolas de graduação em administração e, assim, contribuíram para a construção do estado brasileiro moderno. A análise desse processo é fundamental para compreendermos o momento atual em que se (re)discute o papel do estado e do gestor público na economia. Como consignado pelas Classes Produtoras, desde 1945, algum grau de interferência do estado parece ser o normal, e desejável, no Brasil. Isso pode ser exemplificado pela resistência de organizações de controle público como a Petrobras, o Bndes e a Eletrobras, enquanto que em outros países da América Latina como México, Argentina e Chile a onda neoliberal desencadeada a partir do Consenso de Washington varreu, em grande medida, o poder do estado.

Esperamos que o resgate dos técnicos e dirigentes aqui apresentados e de importantes órgãos na construção do estado brasileiro moderno sirvam de incentivo ao

surgimento de uma área de investigação da história do pensamento administrativo brasileiro. Entendemos que a compreensão do que pensavam esses técnicos e dirigentes sobre o papel do estado e dos gestores públicos é de suma importância nesse momento em que a opção por um Estado mínimo parece prevalecer.

Foram os saberes práticos que determinaram a formação de técnicos e dirigentes nos órgãos do governo durante o período aqui investigado, e que prevaleceram até meados dos anos 1960. Foram esses saberes práticos que, por exemplo, a partir de uma meritocracia de laços, levaram à formação da Assessoria Econômica de Vargas com técnicos de diferentes ideologias. O mesmo de seu na formação da equipe brasileira que compôs a CMBEU, com nacional desenvolvimentistas de um lado e nacionalistas cosmopolitas de outro. Foi a partir desses saberes práticos que órgãos como o Conselho Federal de Comércio Exterior e a Comissão de Mobilização Econômica comandaram toda a produção nacional, inclusive a privada. Foi nesses órgãos que se formaram na prática técnicos e dirigentes que viriam a ocupar importantes posições na década seguinte e que levariam à criação de importantes organismos controladas pelo estado que atuam até hoje.

Contudo, após o golpe empresarial-militar e da formalização da profissão de administrador, o desenvolvimentismo que movia os técnicos e dirigentes passou a ser vista como “*ideologies separate*”, ao passo que a formação técnico-científica passou a ser exigida, ou seja, passou a prevalecer a noção de que “*projects unite*”. Projetos esses que se apresentavam com um caráter neutro, técnico e científico, i. e., sem uma ideologia. Roberto Campos é o técnico que melhor representa essa mudança. Se no início dos anos 1950 ele afirmava “que as fórmulas práticas americanas que tanto êxito tiveram no seu próprio ambiente, não são necessariamente as mais adequadas para outros países e para outros tempos” (Campos, 1952, p. 34), ao assumir o Ministério do Planejamento no governo de Castelo Branco ele mudou radicalmente de posição. “O melhor Campos era o primeiro”, nas palavras de Roland Corbisier que foi diretor do Iseb e nele conviveu com Campos (Arquivo Nacional, 1995).

Todavia, é importante que estejamos alertas para que a formação técnico-científica não nos transforme em gestores que nos distancie da prática. É preciso considerar que o curso de administração transformou-se no maior de todos no Brasil, e que seu conteúdo segue fortemente influenciado por modelos gerados para a grande indústria dos EUA que, não necessariamente, se adequam à nossa realidade, muito menos no que diz respeito à gestão pública, conforme alertara Roberto Campos.

É necessário que compreendamos as razões que moveram essa geração de “burocratas-intelectuais-militantes” que praticaram “um projeto-interpretação-utopia” de nação (Barbosa, 2017, p. 30), que buscava explicações próprias para os problemas nacionais para então colocar em prática possíveis soluções. Era uma tentativa de pensar “Os problemas do nosso tempo na perspectiva do Brasil; os problemas do Brasil na perspectiva do nosso tempo”, na slogan do Ibsp, antecessor do Iseb. Talvez seja esse

um possível caminho ao invés de copiarmos fórmulas alienígenas – conceito da época - que podem não ser as mais adequadas para outros países e para outros tempos.

Referências

ABREU, A. A. **Nationalisme et action politique au Brésil**: une étude sur l'ISEB. Thèse pour le Doctorat de 3e Cycle. Université René-Descartes – Paris V. 1975.

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. Guerra Fria e ensino do management no Brasil: o caso da FGV-EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 3, p. 284-299, 2012.

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. Uma escola norte-americana no ultramar? Uma historiografia da EAESP. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 2, p. 154-169, 2014.

ARQUIVO NACIONAL. **Os 40 Anos do Iseb**. Vídeo.

BARBOSA, A. **O Brasil Desenvolvimentista (1946-1964) e a trajetória de Rômulo Almeida**: ensaio de interpretação histórica. Tese apresentada ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Livre-Docente. 2017.

BARROS, A.; ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. A criação do curso superior em Administração na UFRGS em 1963: Uma análise histórica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 58, n. 1, p. 3-15, 2018.

BARROS, A.; CARRIERI, A. Ensino superior em administração entre os anos 1940 e 1950: uma discussão a partir dos acordos de cooperação Brasil-Estados Unidos. **Cadernos Ebape. BR**, v. 11, n. 2, P. 256-273, 2013.

BASTOS, P. P. Z. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. **Economia, Selecta**, v. 7, n. 4, p. 239-275, 2006.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: O ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BNDE. Ata da Reunião Ordinária do Conselho Realizada em 5 de agosto de 1952. Disponível em https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/23e8f5d7-4f58-49a5-8c7f-9c3b2893a1bb/1952_-_Ata_da_primeira_reuniao.pdf?MOD=AJPERES&CVID=IP1.6xv&CVID=IP1.6xv&CVID=IP1.6xv&CVID=IP1.6xv. Acessada em 3/5/2018. 1952.

BNDE. A Importância do BNDE para o Brasil nos anos 1950. Depoimentos de Cleantho de Paiva Leite e Juvenal Osório. Disponível em

https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/memoria-bndes-anos-50/!ut/p/z1/tVRNc5swFPwtOXCu9WzxYXqjjmM7Ic1kktSGS0ZgAeoYiUiYif99ZepDx43JdDLmWvBY9u1b7QOneIVTQXe8pIZLQTF2OU91zi8m87dB4jh6TuB6DpYePEsBIg8vOwAcOaKAKf93_EKU5zYRpT4SQTa6ZfudCGm23eKXCgkjVzIJeIYjmvmtDSASEN1UjLTDH0zxuec-pAzWqpOEUDJ6JCauTBoVmT8zVOhuvCz0vQBkLQuTskCFaEIJo5tOhy4hfZMFxuB71af_st59Nb-0dqfvJfWIIUVMhLgqJVx9Lt1j-6-0tjaxfUhj2bvDq8oYtD5b1DDHxTwGz63gEUezdwm3jj5n7DKeAhwWZQjSfxJ47vRvOQnIE9BiZ2IMlZmp4dPFyx1mLX4RUtU3t03-e8_zTDt4XO_TT-3BZ-tFl6YdfpLdrUm5k9ud3E4mMjO0-KFYwxdRgq2y5MqbR3xxwoG3bQZfQOSI3g0zZSqMdaKQyh-xrbtjZDTjkXP-VeLNG1GxpTmXFtbHhzyLqpDYfyai6-ml33NQv9ZjsUZrtCfAFSm53bftc1JNsfLztyaa8uvoN4qkxJA!!/dz/d5/L2dBISEvZ0FBI S9nQSEh/. Acessado em 3/5/2018.

BONEMY, H.; MOTTA, M. (Org.). **A escola que faz escola EBAPE 50 anos:** Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

BRASIL. **Conselho Federal de Comércio Exterior:** Dez Anos de Atividade. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1944.

BRASIL. **Mensagem ao Congresso Nacional do presidente Getúlio Vargas por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951.** Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2014. 1951.

BULHÔES, O. G. **À Margem de um Relatório:** texto das conclusões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink). Rio de Janeiro: Edições Financeiras AS. 1950.

CAMPOS, R. O desenvolvimento econômico do Brasil. **Digesto Econômico**, n. 53, p. 27-34, 1952.

CEPAL. Grupo Misto Cepal-BNDE. **Esboço de um programa de desenvolvimento para a economia brasileira** (período 1955-62). Segunda Redação, maio 1955.

CEPÊDA, V. A. **Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil:** limites e impasses. Tese de doutorado em Ciência Política apresentada à Universidade de São Paulo, 2004.

CONCLAP. **Carta Econômica de Teresópolis.** 1945.

COOKE, M. L. **Brazil on the March – A Study in International Cooperation.** New York: McGraw Hill Book Company. 1944.

CPDOC. **Dicionário de Verbetes Biográficos**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico>. Último acesso 2 de maio de 2018.

CURADO, I. **O desenvolvimento dos saberes administrativos em São Paulo: Uma análise histórica**. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2001.

DINIZ, E. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978

DRAIBE, S. **Rumos e Metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil: 1930/1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

DREIFUSS, R. **1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

EBAPE. Inauguração Sede Roberto Campos. Disponível em <http://ebape.fgv.br/noticias/com-homenagem-roberto-campos-fgv-inaugura-nova-sede-ebape>. Acessado em 25 de abril de 2018. 2017.

ESCOREL, E. **Imagens do Estado Novo 1937-45**. Documentário. 2017.

FARO, L.; SINNELI, M. **Ignácio Rangel: Elogio à Ousadia**. Rio de Janeiro: Insigth. 2014.

FGV. **A Missão Cooke no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV. 1949.

FISCHER, T. **O ensino da administração pública no Brasil, os ideais do desenvolvimento e as dimensões da racionalidade**. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

FONSECA, P. C. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. UFRGS/DECON, work in progress. Disponível em www.ufrgs.br/decon, acesso em 20/09/2013. 2012.

FURTADO, C. **Obra autobiográfica: A fantasia organizada – A fantasia desfeita – Os ares do mundo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

GOMES, A.; SOUZA, A.; AZEVEDO, A.; ANTUNES, D.; PEREIRA, J. S.; RABIN, J.; CUNHA, W. **Economia de Guerra no Brasil: o que fez a Coordenação de Mobilização Econômica**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1948.

IANNI, O. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971.

KLÜGER, E. **Meritocracia de laços: gênese e reconstrução do campo dos economistas no Brasil**. Tese apresentada à Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em sociologia. 2017.

LIMA, M. **Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia**: a luta pela emancipação. Um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LIMA, M. C. (Org.). **Os Boêmios Cívicos**: a Assessoria econômico-política de Vargas (1951-54). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

LOPES, L. Entrevista. In: **Memórias do Desenvolvimento**, n. 3. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, p. 9-40, 2009.

LOUREIRO, M. R. **Os Economistas no Governo**: Gestão Econômica e Democracia. Rio de Janeiro: FGV Editora. 1997.

MARTINS, L. **Pouvoir et développement économique**: formation et évolution des structures politiques au Brésil. Paris: Editions Antropos. 1976.

OLIVEIRA, I. R. **Missão Cooke**: Estado Novo e a implantação da CSN. Rio de Janeiro: ePapers. 2013

PEREIRA, J. S. **Terceiro Mundo**: unidade e emergência. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1962.

RANGEL, I. Entrevista. In: **Memórias do Desenvolvimento**, n. 3. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, p. 123-136, 2009.

SOLA, L. **Ideias Econômicas, decisões políticas**: Desenvolvimento, estabilidade e populismo. São Paulo: Edusp. 1998.

TEIXEIRA, A.; MARINGONI, G.; GENTIL, D. L. **Desenvolvimento**: o debate pioneiro de 1944-1945. IPEA, 2010.

TENÓRIO, F., & WANDERLEY, S. Celso Furtado: um economista a serviço da Gestão Pública (1943-64). **Revista de Administração Pública**. Early view. 2018a.

TENÓRIO, F., & WANDERLEY, S. “Peregrinos da ordem do desenvolvimento”: Jesus Soares Pereira, o nacional-desenvolvimentismo e a implementação do Brasil moderno (1934-1964). **Anpocs**, 2018b.

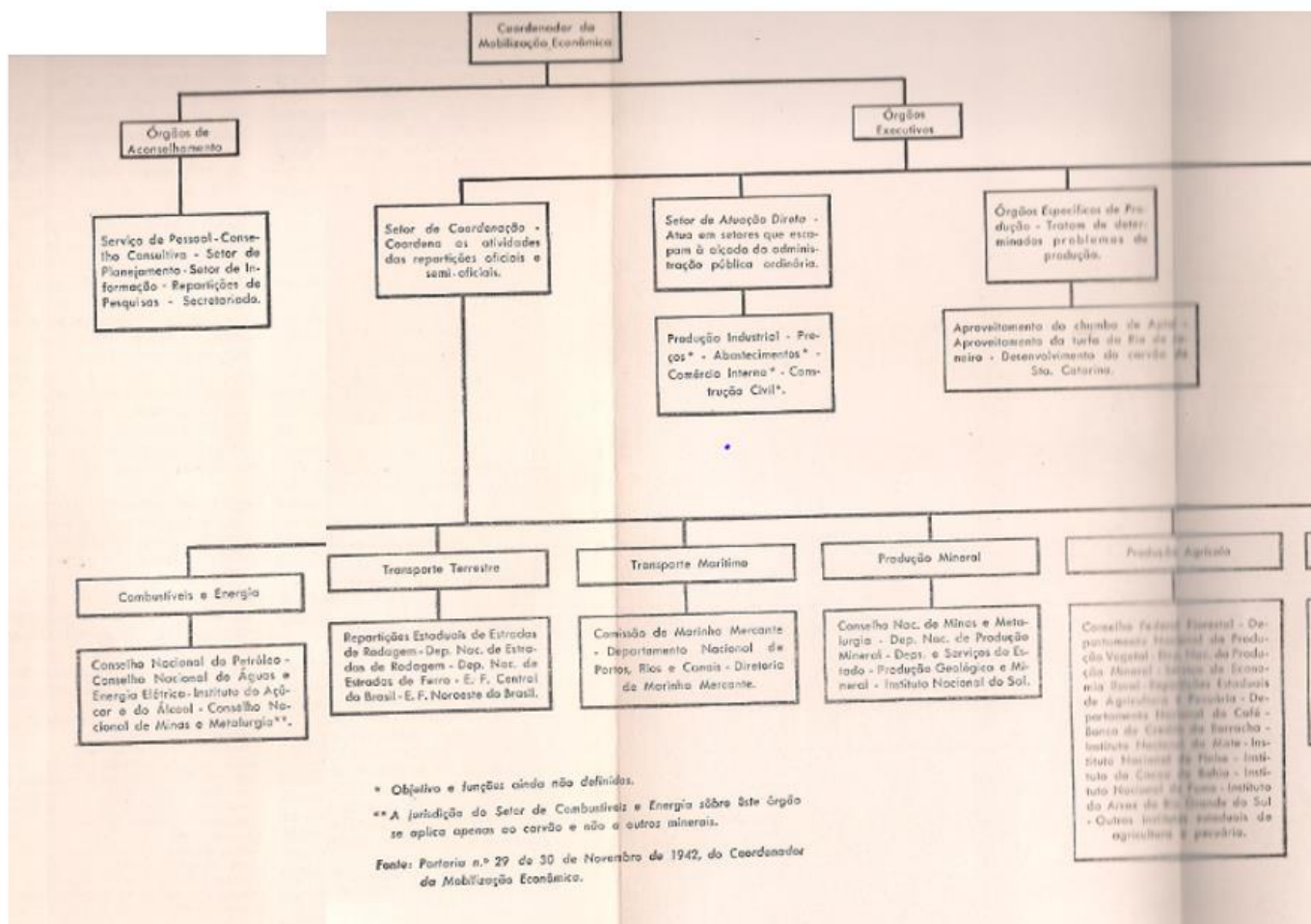
VIZEU, F. Idort e difusão do Management no Brasil na década de 1930. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 58, n. 2, p. 163-173, 2018.

WANDERLEY, S. Estudos organizacionais, (des)colonialidade e estudos da dependência: as contribuições da Cepal. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, n. 2, p. 237-255, 2015.

WANDERLEY, Sergio. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 913-936, 2016.

WAHRLICH, B. M. de S. **Reforma administrativa na era de Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1983.

Anexo I – Organograma da Coordenação de Mobilização Econômica



* Objetivo e funções ainda não definidos.

** A jurisdição do Setor de Combustíveis e Energia sobre este órgão se aplica apenas ao carvão e não a outros minerais.

Fonte: Portaria n.º 29 de 30 de Novembro de 1942, do Coordenador da Mobilização Econômica.

Fonte: FGV, 1949